



MAIS DE 30 ANOS
A CONVERTER
CONHECIMENTO
EM VALOR

Concurso Público

Caderno de Encargos
Aquisição de serviços de análise de caracterização
ambiental

Janeiro de 2025

ÍNDICE

Objeto	3
Elementos do contrato	3
Vigência	4
Obrigações do adjudicatário	4
Acompanhamento da execução do contrato	6
Objeto e prazo do dever do sigilo	7
Privacidade e proteção de dados pessoais	7
Patentes, licenças e marcas registradas	9
Preço contratual	10
Condições de pagamento	11
Penalidades contratuais	11
Força maior	12
Resolução por parte do INEGI	13
Resolução por parte do adjudicatário	13
Retenção	14
Foro competente	14
Responsabilidade	15
Subcontratação e cessão da posição contratual	15
Comunicações e notificações	15
Contagem dos prazos	16
Legislação aplicável	16
ANEXO I	17
LOTES A CONCURSO:	17
ANEXO II	18
PREÇOS BASE UNITÁRIOS	18
ANEXO III	19
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NORMATIVAS	19
ANEXO IV	22
TABELA-RESUMO	22

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

- 1- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem como objeto a Aquisição de serviços de análise de caracterização ambiental pelo “INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial”, doravante designado por INEGI, com observância das especificações técnicas e das disposições normativas constantes do presente caderno de encargos e respetivos **Anexo I e II**.
- 2- O objeto do contrato abrange ainda serviços de recolha, análises e emissão dos respetivos relatórios.
- 3- O presente procedimento pré-contratual será dividido em 11 lotes.

Cláusula 2.ª

Elementos do contrato

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela INEGI, nos termos do disposto no art. 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Vigência

- 1- O contrato inicia-se na data da sua outorga, mantendo-se em vigor durante o prazo de 12 (doze) meses, renovável por duas vezes, por igual período, num total máximo de 36 (trinta e seis meses), ou até perfazer o limite do preço contratual consoante o evento que ocorrer em primeiro lugar.
- 2- Qualquer das partes pode denunciar livremente o contrato antes do seu termo, em qualquer altura, desde que informe a outra parte por escrito, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência da data relativamente à qual se pretende a produção dos efeitos.
- 3- A denúncia nos termos do número anterior não implica o pagamento de qualquer indemnização, por qualquer parte.

Capítulo II

Obrigações das Partes

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 4.ª

Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e respetivos anexos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a) Entregar os relatórios das análises nos termos e no prazo máximo estabelecido no presente caderno de encargos;
 - b) Cumprir todas as disposições legais aplicáveis, designadamente de transporte e manuseamento das amostras;
 - c) Providenciar, a suas expensas, o transporte das amostras até ao seu laboratório;
 - d) Garantir que a presente prestação de serviços seja realizada em total conformidade com a legislação aplicável;
 - e) Obrigação de prestar os serviços nos termos por si propostos e em cumprimento do previsto no presente caderno de encargos;
 - f) Obrigação de cumprimento dos requisitos legais em vigor e de garantia da qualidade do serviço por si prestado;

- g) Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados à entidade adjudicante relativos à prestação de serviço objeto do presente caderno de encargos e que resultem da ação ou omissão dos seus profissionais;
- h) Comunicar à entidade adjudicante, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos dos contratos celebrados com a entidade adjudicante;
- i) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- j) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- k) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento dos bens ou prestação do serviço, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas indicados no contrato para a sua gestão.
- l) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- m) Executar os serviços, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- n) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do INEGI, prestando as informações que forem solicitadas;
- o) Apresentar ao INEGI, sempre que por este seja solicitado, relatórios relativos aos serviços prestados e respetiva faturação, identificando expressamente o número, data e valor das faturas, assim como o tipo e quantidade de serviços solicitados.
- p) Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;
- q) Disponibilizar o número suficiente de meios humanos com qualificação técnica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre os seus colaboradores e os representantes do INEGI;
- r) Respeitar toda a legislação em vigor respeitante à atividade exercida e aos meios envolvidos;
- s) Suportar os encargos relativos à aquisição de bens identificados no artigo 445.º do Código dos Contratos Públicos;
- t) Utilizar uma ferramenta de e-mail (Outlook ou outra) para garantir a receção das encomendas formuladas pela entidade adjudicante e o seu tratamento em tempo útil, designadamente quanto ao cumprimento dos prazos de entrega definidos no presente caderno de encargos;
- u) Comunicar à entidade adjudicante a nomeação do gestor por si designado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;

2. O adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Prazo de entrega das análises solicitadas

1. A entrega será efetuada no prazo máximo de 10 dias úteis após a chegada das amostras ao laboratório, sem prejuízo de um prazo menor, em conformidade com a respetiva proposta adjudicada.
2. Entende-se que o prazo mínimo de apresentação de proposta corresponde a 5 dias úteis.

Cláusula 6.^a

Relatórios de análise

- 1- Os relatórios das análises devem ser entregues, preferencialmente por email, cumprindo os requisitos referidos no **Anexo I**.
- 2- A verificação da não conformidade dos relatórios com os requisitos do Anexo I implica a repetição das análises e à sua substituição, sendo do fornecedor os encargos daí resultantes.
- 3- O adjudicatário obriga-se a disponibilizar os relatórios em língua portuguesa ou inglesa.

Cláusula 7.^a

Riscos, prejuízos e indemnizações

1. São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer prejuízos causados pelo incumprimento do contrato e também os causados por si, ou pelo seu pessoal, à Entidade Adjudicante ou a terceiros, durante a execução dos trabalhos.
2. Pelas multas e indemnização a pagar pelos prejuízos causados respondem, em primeiro lugar, as importâncias que o Cocontratante tenha a receber, em segundo lugar, os depósitos de garantia e, finalmente, os restantes bens do Cocontratante.

Cláusula 8.^a

Acompanhamento da execução do contrato

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o cocontratante fica obrigado a manter reuniões de coordenação com os representantes indicados pelo INEGI, sempre que por si seja solicitado.
2. Sem prejuízo da realização das reuniões de acompanhamento referidas no nº 1, o INEGI poderá, sempre que entender necessário, solicitar ao prestador de serviços os esclarecimentos de quaisquer questões relacionadas com o objeto ou a forma da prestação de serviços, os quais deverão ser prestados em prazo adequado.

SUBSECÇÃO I
DEVER DE SIGILO

Cláusula 9.ª

Objeto e prazo do dever do sigilo

- 1- O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao INEGI, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4- O dever de sigilo mantém-se em vigor mesmo após o termo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, bem como a obrigação de proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.ª

Privacidade e proteção de dados pessoais

- 1- No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do INEGI, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

- 2- O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
- 3- O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do INEGI no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
- 4- O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
- 5- O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo INEGI, ou por quem atue em representação deste.
- 6- O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
- 7- Mediante solicitação escrita do INEGI, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
- 8- O adjudicatário deve comunicar de imediato ao INEGI quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
- 9- O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o INEGI de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
- 10- Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o INEGI disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o INEGI possa razoavelmente solicitar.
- 11- Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o INEGI:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

12- O adjudicatário obriga-se a ressarcir o INEGI por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13- O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo INEGI, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

14- O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo INEGI.

15- Dependendo da opção do INEGI, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

16- O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do INEGI, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o INEGI antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 11.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1- Correm integralmente por conta do adjudicatário os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos serviços/bens objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos serviços/bens, de quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2- Se o INEGI vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços/bens objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o adjudicatário por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

3- Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos fatos mencionados nos nºs 1 e 2 não correm por conta do adjudicatário se este demonstrar que os mesmos são imputáveis à entidade adjudicante ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

SECÇÃO II
OBRIGAÇÕES DO INEGI

Cláusula 12.^a

Preço contratual

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o preço estimado a pagar pela Entidade Adjudicante pela execução da totalidade das prestações que constituem o objeto do presente contrato é de €100.000,00 (cem mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, aos seguintes preços contratuais/lote:

- Lote 1 – €30.000,00 (trinta mil euros)
- Lote 2 – €15.000,00 (quinze mil euros)
- Lote 3 – €5.000,00 (cinco mil euros)
- Lote 4 – €5.000,00 (cinco mil euros)
- Lote 5 – €5.000,00 (cinco mil euros)
- Lote 6 – €5.000,00 (cinco mil euros)
- Lote 7 – €5.000,00 (cinco mil euros)
- Lote 8 – €10.000,00 (dez mil euros)
- Lote 9 – €5.000,00 (cinco mil euros)
- Lote 10 – €10.000,00 (dez mil euros)
- Lote 11 – €5.000,00 (dez mil euros)

2. O preço contratual a pagar pelo INEGI, resultará da aplicação de preços unitários constantes na proposta adjudicada, às quantidades de análises efetivamente fornecidos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

3. Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o INEGI deve pagar ao cocontratante os preços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

4. Apenas serão devidos os valores correspondentes às aquisições efetivamente executadas, nos termos indicados na proposta adjudicada e demais elementos do contrato.

5. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao INEGI, nomeadamente os relativos ao transporte das amostras para o respetivo laboratório, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

6. Os preços base unitários, estipulados para cada uma das taxas de serviço a aplicar em cada um dos serviços objeto do presente contrato, não podem, em qualquer caso, ser superiores aos montantes constantes no **anexo II** do presente caderno de encargos.

Concurso Público

Aquisição de serviços de análise de caracterização ambiental
Janeiro 2025

© INEGI todos os direitos reservados

7. Os preços contratuais unitários são os que resultarem da proposta adjudicada para cada lote.

Cláusula 13.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo INEGI, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo INEGI das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas depois do vencimento da obrigação respetiva.

2. As faturas a apresentar pelo adjudicatário devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.

3. Deverão ser preferencialmente enviadas faturas eletrónicas.

3.1. Fatura eletrónica é uma fatura que foi emitida, transmitida e recebida num formato eletrónico estruturado que permite o seu tratamento automático e eletrónico, conforme redação no n.º 1, artigo 2.º, da Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa à faturação eletrónica nos contratos públicos.

3.2. O broker do INEGI é a SERES com o qual o broker do candidato vencedor deverá contactar para automatizar o procedimento.

4. Em alternativa poderá ser enviada uma fatura digital para endereço de correio eletrónico: efatura@inegi.up.pt

5. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens/fornecimento dos serviços mencionados nas respetivas notas de encomenda, sem prejuízo das inerentes condições de garantia.

6. É imprescindível a indicação dos números das notas de encomenda nas faturas emitidas para a sua aceitação.

7. Em caso de discordância por parte do INEGI, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através por transferência bancária.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14.ª

Penalidades contratuais

1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o INEGI pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos relatórios das análises, até 0,1% do preço contratual por cada dia de atraso.

2- Na determinação da gravidade do incumprimento, o INEGI tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

3- O INEGI pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

4- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o INEGI exija uma indemnização pelo dano excedente.

← Cláusula 15.^a

Força maior

1- Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do INEGI

- 1- Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e do direito de indemnização nos termos gerais, pode o INEGI resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente quando a entrega de qualquer análise objeto da prestação de serviços se atrase por mais de 15 (quinze) dias ou o adjudicatário declarar por escrito que o atraso na entrega excederá esse prazo.
- 2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo INEGI.
- 3- A resolução sancionatória do contrato de aquisição de bens, pelo incumprimento definitivo do contrato pelo adjudicatário, constitui a entidade adjudicante no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização essa que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 810º do Código Civil, se fixa no montante correspondente a 20% do preço contratual.
- 4- O disposto no número anterior não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.
- 5- Os valores referidos nos nº 3 e 4 da presente cláusula, serão deduzidos, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 333º do CCP, das quantias devidas e/ou pela execução das garantias prestadas e/ou prosseguido judicialmente, quando não for pago voluntariamente pelo adjudicatário no prazo de 10 (dez) dias após notificação da decisão de resolução sancionatória pela entidade adjudicante.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do adjudicatário

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses;
 - b) O montante em dívida exceda 20% do preço contratual, excluindo juros.
- 2- Nos casos previstos na alínea a) do nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao INEGI, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 3- A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste, ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV CAUÇÃO e SEGUROS

Cláusula 18.ª

Retenção

- 1- Não é exigida prestação de caução, mas a fim de garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, nos termos do nº 3 do artigo 88º do CCP, poderá a INEGI, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.
- 2- Se tiver sido esse o caso, o valor retido a que se refere o número anterior é liberado nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 19.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20.^a

Responsabilidade

O adjudicatário é o único responsável pelos danos provocados a pessoas e bens originados pelo carácter defeituoso do fornecimento, ainda que resultantes de descuido, incúria ou má-fé dos agentes que tenha ao seu serviço, cabendo-lhe ressarcir os mesmos.

Cláusula 21.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1- O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização do INEGI.
- 2- A autorização prevista no ponto anterior estará sempre sujeita ao estipulado no artigo 316º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 22.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras, as notificações e comunicações entre as partes do contrato serão dirigidas, nos termos do disposto no CCP, à respetiva sede contratual, através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os seguintes contatos:

INEGI:

- Laboratório de Caracterização Ambiental
- Gestor do contrato: Sónia Ferreira
- Morada: Rua Dr. Roberto Frias, nº 400, 4200-465, freguesia de Paranhos, concelho do Porto
- Telefone n.º 22 957 8710
- Correio eletrónico: scf@inegi.up.pt
- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I
LOTES A CONCURSO:

Identificação	Parâmetros de avaliação
Lote 1	SO ₂ (EN 14791:2017)
Lote 2	PCDD/PCDF
Lote 3	HF
Lote 4	HCl
Lote 5	HBr, HF, Cl ₂ e Br ₂
Lote 6	PCB
Lote 7	PCDD/PCDF + PCB, em simultâneo
Lote 8	NH ₃
Lote 9	SO ₃ + H ₂ SO ₄
Lote 10	SO ₂ (EPA6:2017)
Lote 11	Cr (VI)

ANEXO II

PREÇOS BASE UNITÁRIOS

Identificação	Parâmetros de avaliação	Preços base unitários
Lote 1	SO ₂ (EN 14791:2017)	€ 16,60
Lote 2	PCDD/PCDF	€ 269,50
Lote 3	HF	€ 16,60
Lote 4	HCl	€ 10,50
Lote 5	HBr, HF, Cl ₂ e Br ₂	HBr + HF - € 18,90 Cl ₂ + Br ₂ - € 18,90 Individuais - €12,60
Lote 6	PCB	€ 343,50
Lote 7	PCDD/PCDF + PCB, em simultâneo	€ 449,50
Lote 8	NH ₃	€ 21,60
Lote 9	SO ₃ + H ₂ SO ₄	€ 15,75
Lote 10	SO ₂ (EPA6:2017)	€ 18,90
Lote 11	Cr (VI)	€ 100,00

Concurso Público

Aquisição de serviços de análise de caracterização ambiental
Janeiro 2025

© INEGI todos os direitos reservados

ANEXO III

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NORMATIVAS

Cláusula 1ª

O cocontratante deverá cumprir os seguintes requisitos para a análise de SO₂:

- a) Acreditação, pela norma EN 17025, para a análise de SO₂ de acordo com a norma EN 14791:2017 ou equivalente.
- b) O limite de quantificação para uma amostra de 250 ml não pode ultrapassar 0,1 mg.

Cláusula 2ª

O cocontratante deverá cumprir os seguintes requisitos para a análise de PCDD/PCDF:

- a) Acreditação, pela norma EN 17025, para a análise de PCDD/PCDF de acordo com as normas EN 1948-2:2006 e EN 1948-3:2006 ou equivalentes.
- b) Na amostragem será usado o método do filtro/condensador com o adsorvente (XAD-2) a montante do frasco de condensados
- c) No mínimo, o laboratório deverá fornecer o adsorvente XAD-2 pronto a usar (o INEGI fornece os contentores de vidro para o adsorvente; a quantidade de adsorvente é, aproximadamente, de 30 g); preferentemente, para além do adsorvente, o laboratório poderá também fornecer os filtros de quartzo (47 mm de diâmetro) e os frascos de condensados.
- d) 1 Amostra será composta por 1 filtro de quartzo, um contentor com XAD-2 e 1 frasco com os condensados e as lavagens.
- e) Para além dos resultados globais, o relatório deverá conter os resultados por congénere.

Cláusula 3ª

O cocontratante deverá cumprir os seguintes requisitos para a análise de PCB:

- a) Acreditação, pela norma EN 17025, ou equivalente, para a análise de PCB de acordo com a norma EN 1948-4:2010.
- b) Na amostragem será usado o método do filtro/condensador com o adsorvente (XAD-2) a montante do frasco de condensados
- c) No mínimo, o laboratório deverá fornecer o adsorvente XAD-2 pronto a usar (o INEGI fornece os contentores de vidro para o adsorvente; a quantidade de adsorvente é, aproximadamente, de 30 g); preferentemente, para além do adsorvente, o laboratório poderá também fornecer os filtros de quartzo (47 mm de diâmetro) e os frascos de condensados.

- d) 1 Amostra será composta por 1 filtro de quartzo, um contentor com XAD-2 e 1 frasco com os condensados e as lavagens.
- e) Para além dos resultados globais, o relatório deverá conter os resultados por congénere.

Cláusula 4ª

Para a análise de HF, o cocontratante deverá cumprir com os requisitos da norma ISO 15713:2006 ou equivalente. Esta análise deverá estar acreditada de acordo com a norma EN 17025 ou equivalente.

Cláusula 5ª

Para a análise de HCl, o cocontratante deverá cumprir com os requisitos da norma EN 1911:2010 ou equivalente. Esta análise deverá estar acreditada de acordo com a norma EN 17025 ou equivalente.

Cláusula 6ª

Para a análise de HBr, HF, Cl₂ e Br₂, o cocontratante deverá cumprir com os requisitos do método 26A:2020 da EPA. Esta análise deverá estar acreditada de acordo com a norma EN 17025 ou equivalente.

Cláusula 7ª

Para a análise de NH₃, o cocontratante deverá cumprir com os requisitos do EN ISO 21877:2019 ou equivalente. $LQ \leq 0,05 \text{ mg NH}_4^+/\text{L}$. Esta análise deverá estar acreditada de acordo com a norma EN 17025 ou equivalente.

Cláusula 8ª

Para a análise de SO₃ + H₂SO₄, o cocontratante deverá cumprir com os requisitos do método 8 da EPA, de 2019. Esta análise deverá estar acreditada de acordo com a norma EN 17025 ou equivalente.

Cláusula 9ª

Para a análise de SO₂, o cocontratante deverá cumprir com os requisitos do método 6 da EPA, de 2017. Esta análise deverá estar acreditada de acordo com a norma EN 17025 ou equivalente.

Cláusula 10ª

Para a análise de Cr (VI), o cocontratante deverá cumprir com os requisitos do método 306 da EPA, de 2017. Esta análise deverá estar acreditada de acordo com a norma EN 17025 ou equivalente.

ANEXO IV

TABELA-RESUMO

Parâmetros	Norma (ou equivalente)	Preços base unitários
SO ₂	EN 14791:2017	€ 16,60
PCDD/PCDF	EN 1948-2:2006 e EN 1948-3:2006	€ 269,50
HF	ISO 15713:2006	€ 16,60
HCl	EN 1911:2010	€ 10,50
HBr, HF, Cl ₂ e Br ₂	EPA 26A:2019	HBr + HF - € 18,90 Cl ₂ + Br ₂ - € 18,90 Individuais - €12,60
PCB	EN 1948-4:2010	€ 343,50
PCDD/PCDF + PCB, em simultâneo	EN 1948-2:2006, EN 1948-3:2006 e EN 1948-4:2010	€ 449,50
NH ₃	EN ISO 21877:2019	€ 21,60
SO ₃ + H ₂ SO ₄	EPA 8:2019 Titulimetria	€15,75
SO ₂	EPA 6:2017 Titulimetria	€18,90
Cr (VI)	EPA 306:2017	€ 100,00

Concurso Público

Aquisição de serviços de análise de caracterização ambiental
Janeiro 2025

© INEGI todos os direitos reservados

MAIS DE 30 ANOS
A CONVERTER
CONHECIMENTO
EM VALOR

**INEGI - Instituto de Ciência e Inovação
em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial**

Campus da FEUP | Rua Dr. Roberto Frias, 400 | 4200-465 Porto | PORTUGAL
T. +351 22 957 87 10 | F. +351 22 953 73 52 | inegi@inegi.up.pt

www.inegi.up.pt

